

1.º Ciclo do Ensino Básico

1. Organização e Gestão Curricular

No CER, o 1.º Ciclo do Ensino Básico é globalizante e compreende quatro anos de escolaridade sequenciais, sob a responsabilidade de uma equipa de docentes constituída pelo professor titular de turma e de outros profissionais, em regime de coadjuvação, habilitados em áreas curriculares disciplinares e não disciplinares específicas, constantes na Matriz Curricular Base anexa Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, do Ministério da Educação, bem como nos tempos nucleares do trabalho de aprendizagem associado ao Modelo Pedagógico do Movimento da Escola Moderna.

É neste nível de ensino que se desenvolvem e sistematizam as aprendizagens que constituem a base estruturante para todas as aquisições futuras, com especial incidência nas literacias que visam o domínio e o uso dos vários códigos linguísticos e expressivos: a língua materna, a língua estrangeira e as linguagens matemáticas, artísticas e desportivas, entre outras. É também neste ciclo que se estruturam as bases do conhecimento científico, tecnológico e cultural para a compreensão do mundo, a inserção na sociedade e a entrada na comunidade do saber.

Sem prejuízo da autonomia e flexibilidade curricular conferida ao colégio para gerir o currículo, que contribui para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, contempla 25 horas semanais de componente letiva e outras 5 de enriquecimento e frequência gratuita facultativa.

A organização dos tempos letivos e não letivos intercala com os momentos de alimentação e recreio, obedecendo ao seguinte horário:

Componente Letiva	Componente Não Letiva
Manhã: 09h00-10h30 + 11h00-12h30 Tarde: 14h00-16h00	16h30-17h30

2. Distribuição das Atividades pela Semana

Durante o 1.º Ciclo do Ensino Básico, a unidade principal de desenvolvimento curricular é a semana. Não obstante, nos primeiros meses do 1.º ano retoma-se, ainda, a unidade diária como referência de planeamento básico, tal como acontece no Pré-escolar.

Na organização social do trabalho de aprendizagem são tidos em conta alguns tempos estruturantes do currículo que se constituem em rotinas de trabalho.

É o caso do tempo para o Conselho de Cooperação, distribuído por dois momentos diários (no princípio e no fim dos dias de aula) e um momento mais alargado na sexta-feira, o tempo de Trabalho em Projetos e o tempo de Estudo Autónomo.

A estes tempos nucleares do trabalho de aprendizagem associam-se outros com extensão definida e valorizados, sempre que possível, com colaborações e convites suscitados pela turma. É o caso dos tempos para as áreas disciplinares de:

- Português;

- Matemática;
- Inglês;
- Estudo do Meio;
- Expressões Artísticas (Dramática/Teatro, Musical e Plástica);
- Expressão Físico-Motora.

São tempos de atividade nuclear na agenda semanal de trabalho:

• **As Reuniões de Conselho de Cooperação da Turma**

O início das atividades de cada dia de trabalho faz-se em Conselho de Turma como forma de acolhimento.

É nesse primeiro tempo que se realizam os primeiros contactos e se apresentam novas produções, incluindo os TPC's, brevemente comentados, terminando com o esboço do Plano de Ação do Dia. Cada dia encerra igualmente com uma reunião breve de conselho para balanço da jornada de trabalho. Só na sexta-feira o Conselho se prolonga por 30 minutos.

Neste último Conselho Semanal lê-se o Diário de Turma e debatem-se as ocorrências positivas e negativas, sem lugar para julgamentos, mas para explicitação pelas partes envolvidas nas referidas ocorrências: recolha de opinião dos que queiram ajudar a clarificar os factos e os comportamentos sociais. Tomam-se decisões colegiais ou elaboram-se orientações para o futuro, na maior parte das vezes em forma de norma institucional que servirá de critério social para os comportamentos e juízos. Lê-se a coluna onde figuram as realizações coletivas, individuais ou de grupo mais significativas e apreciam-se as propostas para planos futuros.

É no Conselho que a turma, colegialmente, planeia, acompanha, regula, analisa, orienta e gere as aprendizagens, desenvolvendo social e moralmente cada um dos alunos.

• **O Trabalho em Projetos**

Realiza-se a pares ou em pequeno grupo que se elegem livremente, de acordo com o projeto de trabalho.

Decorre, normalmente, do tempo de conselho de planeamento e o ponto de partida para os projetos pode corresponder, por exemplo, a um tópico dos programas de Estudo do Meio ou de Expressões Artísticas, ou de qualquer outra circunstância desencadeadora de um projeto de estudo.

Para o efeito, motivam-se os alunos a fazerem perguntas para as quais gostassem de obter resposta.

Surgem, nesse caso, projetos de investigação que prosseguem o caminho de antecipação de respostas (as hipóteses), a montagem dos percursos de prova (experimentação) ou de inquérito, até à verificação dos resultados: são os projetos baseados em problemas. Podem, também, decorrer dos guiões disponíveis que orientam experiências simples de réplicas científicas.

Neste âmbito, estimula-se, ainda, a realização de projetos de intervenção para que os alunos possam, a partir da tomada de consciência de algumas situações sentidas como problemas ambientais, patrimoniais ou de organização social e cultural, esboçar projetos de transformação participando eles próprios na mudança requerida. Esses projetos, guiados por objetivos a atingir pela ação concertada dos alunos e da comunidade, partem de um tempo de inquérito social e de estudo de soluções até a fase da intervenção social.

São projetos que ajudam a construção da cidadania pela implicação cativa nas soluções e na mudança participada em democracia.

O trabalho em projetos requer um tempo próprio para organização, desenvolvimento e comunicação aos pares.

• O Trabalho de Estudo Autónomo

Em cada dia da semana dispõe-se de uma hora para que os alunos, individualmente ou a pares, possam treinar capacidades e competências curriculares guiados por exercícios propostos em ficheiros; possam estudar, em textos informativos ou nos manuais, as matérias dos respetivos programas e possam exercitar-se no trabalho de produção ou de revisão de textos escritos; proceder a leituras à sua escolha, ou realizar quaisquer outras atividades de consolidação ou de desenvolvimento das aprendizagens.

O Estudo Autónomo é guiado pelo Plano Individual de Trabalho, vulgo PIT, a partir do conselho de planeamento da segunda-feira.

Ao longo do tempo de Trabalho Autónomo, o professor apoia, sistematicamente e por rotação, os alunos que revelam dificuldades para avançar em determinadas áreas de aprendizagem.

O professor contrata com os alunos esse apoio, através de registo na folha do PIT, no início da semana.

São tempos de catividade complementar do desenvolvimento curricular, um conjunto de sessões coletivas:

1. O trabalho de texto (apoio ao desenvolvimento da escrita) - é um momento forte de trabalho coletivo de revisão, reescrita e desenvolvimento coletivo de textos escolhidos por cada aluno de entre os seus textos livres disponíveis e, por rotação, pela ordem estabelecida com a turma. O texto é transcrito no quadro ou, de preferência, em papel de cenário, por exemplo, tal como foi escrito pelo autor, com os eventuais desvios e incorreções originais.

Após um primeiro momento de apreciações críticas por parte dos colegas, recolhem-se sugestões de melhoria e desenvolvimento do texto tendo em vista selecionar os recursos gramaticais de coesão textual e construir a coerência discursiva mais adequada.

Trata-se sobretudo de um trabalho sobre a organização textual. Dele decorre a consciencialização da gramática e o seu estudo.

A versão final é copiada por cada um dos alunos e sempre que possível, ilustrada.

Os textos trabalhados são passados a computador, para edição dos textos escolhidos que circularão entre a turma. Alguns desses textos poderão também integrar o Jornal de Parede.

O trabalho de texto é de importância decisiva para aprender e ensinar a escrever. Por isso, o professor tem de dar continuidade a esta catividade apoiando, sistematicamente, pares de alunos, no trabalho de textos, durante alguns minutos, em cada dia da semana, reorientando-se sempre que possível para modelos de escrita do mesmo tipo que constarão dos ficheiros de leitura ou de guiões de escrita.

2. Os livros e a leitura - é o tema de uma ou duas sessões semanais destinadas a falar de livros que já foram lidos pelos alunos ou pelo professor e à leitura de livros por capítulos ou pequenas histórias. É a ocasião privilegiada para cultivar o gosto pelos livros e pela leitura em cativa cooperação. O núcleo de documentação da sala da aula, o Centro de Recursos (espaço que integra as componentes de Biblioteca, Mediateca e Ludoteca) e a interajuda das famílias e das redes de leitura sustentam estes encontros.

3. As atividades de extensão curricular - correspondem ao tempo destinado a visitas de observação e inquérito ao meio local ou às pessoas e instituições da comunidade integradas nos projetos de estudo. Os relatórios desses estudos redigem-se neste tempo. É também neste tempo que, em alternância, se organiza a

correspondência para enviar à turma de correspondentes ou às pessoas e instituições que colaboram nas visitas de estudo.

4. As sessões coletivas de Matemática - destinam-se a pôr em comum dúvidas suscitadas pelas atividades de treino, para apoiar a construção de estratégias de aprendizagem ou para apoiar a interpretação de enunciados de problemas e resolvê-los em colaboração ativa.

São sessões pragmáticas de trabalho coletivo dos alunos com o apoio eficaz e discreto do professor titular de turma e dos professores coadjuvantes, em forma de ensino interativo.

5. A sessão coletiva de Expressões Artísticas - realizada semanalmente para exposição de produções plásticas e apresentação do trabalho de projetos dramáticos ou musicais. É um tempo destinado a desenvolver o gosto pela fruição de atividades e objetos de arte construindo, em conjunto, o seu significado histórico e cultural.

6. A Expressão Físico-Motora - tem lugar num tempo do plano semanal, (de preferência na parte da tarde), para desenvolvimento de atividades programáticas de forma sistemática. Desenvolve-se, igualmente, durante alguns períodos de recreio através de jogos orientados.

• **As Atividades de Enriquecimento Curricular**

As atividades de enriquecimento curricular, vulgo AEC's, desenvolvidas no CER são, por definição, atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens curriculares ligadas à aquisição de competências básicas e incidem nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e tecnologias de informação e comunicação, de ligação ao colégio e ao meio, de solidariedade e voluntariado. Traduzem-se em atividades de:

- Estudo Acompanhado;
- Filosofia para Crianças;
- Inglês (1.º e 2.º ano, dado que só é obrigatório a partir do 3.º);
- Oficinas;
- Teatro.

As AEC's são de frequência opcional e gratuita e decorrem, sempre que possível, após a componente letiva, salvo o Inglês e o Teatro que estão integrados horário normal, porque são de carácter obrigatório no CER.

Enquadram-se no referenciado conceito de escola a tempo inteiro e constituem uma resposta partilhada e diversificada de apoio aos alunos e às famílias, tendo em conta as suas necessidades e aos tempos de permanência dos mais novos no CER.

3. Clima Social de Formação

O Clima sócio afetivo da ação educativa costuma definir-se tendo por referência as relações pessoais entre alunos e professores, o modo de regulação do trabalho de aprendizagem e a possibilidade de escolha das atividades que definem também os níveis de liberdade, de autonomia e de segurança emocional dos alunos.

No caso do modelo de educação da Escola Moderna a relação dos alunos entre si e com o professor, assenta num contrato democrático de convívio e trabalho, construído através da organização, planeamento e avaliação cooperadas da aprendizagem de um programa cultural, aprendizagem contextualizada nas comunidade e no colégio, em diálogo vivo com as culturas e os saberes dos alunos.

O acordo negociado entre as partes pressupõe, antes de mais, um trabalho de implicação conjunta nessa tarefa cultural, através da construção interativa de significação para esse trabalho.

Cabe aos alunos, com o professor, a tarefa de reconstruírem essa proposta oficial para a poderem tornar sua e emprestar-lhe um sentido comum, com “mentalidade curricular”, isto é, com a descoberta de um fim global e comum que oriente todo o trabalho de aprendizagem e de ensino, ao longo de cada ano letivo.

O modo de regulação da ação de todos os intervenientes é participada, portanto, a todos os seus níveis. Por isso, terá de radicar na autenticidade, na transparência e no respeito mútuo.

Às regras sociais produzem-se e clarificam-se, em conselho, desde o planeamento à avaliação, como já se disse e aí se regulam os projetos, os produtos e as emoções, os direitos e os deveres.

As escolhas fazem-se em conselho, desde as decisões tomadas para gestão do programa, até à escolha de parceiros para trabalhar em projetos. O professor apoia, estimula e envolve-se nas decisões, com atenta solidariedade e discrição esforçando-se por corresponder à diversidade de estilos e aos níveis de segurança dos alunos.

Mais do que a proteção do professor que pode sempre gerar dependências desmobilizadoras indesejáveis, é o trabalho em cooperação que se institui em matriz da educação intelectual, cultural e social.

Só a cooperação gera autonomia pessoal e moral.

É também o exercício de cooperação num grupo social que constrói os valores democráticos.

4. Princípios Estratégicos da Intervenção Educativa

Destaque, por fim, para o conjunto de orientações do modelo pedagógico que imprimem direção ao processo educativo no colégio.

É princípio fundador da pedagogia da formação e da educação no MEM que os meios pedagógicos veiculem em si os fins democráticos da educação. Dele decorrem alguns postulados que sintetizam o modelo pedagógico que se vem descrevendo:

1. A ação educativa centra-se no trabalho diferenciado de aprendizagem dos alunos e não exclusivamente no ensino em simultâneo;
2. O desenvolvimento das competências cognitivas e sócio afetivas passa sempre pela ação e pela experiência, efetiva, dos alunos, organizados em estruturas de cooperação educativa;
3. O conhecimento constrói-se pela consciência do percurso da própria construção: os alunos caminham dos processos de produção integrados nos projetos de estudo, de investigação ou de intervenção, para a compreensão dos conceitos e das suas relações;
4. Os alunos partem do estudo, da experiência e da ação nos projetos em que se envolvem, para a sua comunicação. A necessidade de comunicar o processo e os resultados de um projeto de trabalho dá sentido social imediato às aprendizagens e confere-lhes uma tensão organizadora que ajuda a estruturar o conhecimento;
5. A organização contratada da ação educativa evolui por acordos progressivamente negociados pelas partes (professor e alunos e alunos entre si). A gestão dos conteúdos programáticos, a organização dos meios didáticos, dos tempos e dos espaços faz-se em cooperação formativa e reguladora;

6. A realização de trabalho escolar fora da sala de aula apenas decorrerá do PIT, autoproposto, como complemento de atividades de pesquisa documental, inquérito, leitura de livros ou produção de textos;

7. A organização de um sistema de pilotagem do trabalho diferenciado dos alunos em estruturas de cooperação, assenta num conjunto de mapas de registo. O sistema de pilotagem sustenta o planeamento e a avaliação cooperada das aprendizagens e da vida social da turma;

8. A prática democrática da organização, partilhada por todos, institui-se em Conselho de Cooperação: o Conselho, com o apoio cooperante do professor, é a instituição formal de regulação social da vida escolar;

9. Os processos de trabalho escolar devem reproduzir os processos sociais autênticos da construção da cultura nas ciências, nas artes e na vida quotidiana: as estratégias de aprendizagem orientam-se pelas estratégias metodológicas próprias de cada área científica, tecnológica ou artística e não por transposições didáticas (homologia de processos metodológicos);

10. Os saberes e as produções culturais dos alunos, partilham-se através de circuitos sistemáticos de comunicação, como validação social do trabalho de produção e de aprendizagem;

11. A cooperação e a interajuda dos alunos na construção das aprendizagens, dão sentido social imediato ao desenvolvimento curricular;

12. Os alunos intervêm no meio, interpelam a comunidade e integram na aula “atores” da comunidade escolar, como fontes de conhecimento dos seus projetos de estudo e de investigação.

Num sistema pedagógico como o exposto, convém distinguir, uma vez mais, a força integrativa e formadora que a organização representa.

É certo que a dimensão ecológica do espaço de trabalho, o desenvolvimento da ação educativa, o estilo profissional dos docentes ou o clima sócio afetivo do trabalho escolar são condicionantes e agentes da história da aprendizagem de uma turma.

Mas é a gestão cooperada de todos os componentes do ecossistema de intervenção educativa que melhor assegura a congruência pedagógica e que mais reforça o valor meta formativo da organização.

As transformações sociais e o desenvolvimento científico vêm tornando evidente que só uma organização democrática do trabalho de aprendizagem, sustentada pelos professores e pelos alunos, poderá educar para a democracia.

4. Avaliação

A avaliação constitui um processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelos alunos. Tem em consideração o grau de cumprimento das metas curriculares fixadas, bem como o desempenho nas áreas da formação pessoal e social (atitudes e valores). Visa atender às necessidades específicas de cada um e compreende várias modalidades, a saber:

- A avaliação diagnóstica que conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica, facilitando a integração escolar do aluno;
- A avaliação formativa que visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, com vista ao ajustamento de processos e estratégias;
- A avaliação sumativa que consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno e tem como objetivo a classificação e certificação. Inclui a

avaliação sumativa interna e a avaliação sumativa externa, esta última da responsabilidade do Ministério da Educação.

Para efeitos de avaliação sumativa interna, têm-se em conta os conhecimentos adquiridos pelo aluno ao nível dos programas das diferentes áreas curriculares, assim como as metas a atingir por ano de escolaridade, homologados por despacho da tutela. Paralelamente, e entendendo a formação do aluno numa perspetiva global e integral, na qual o seu desenvolvimento resulta tanto das competências desenvolvidas, mas também da formação enquanto pessoa, serão objeto de análise as dimensões sociais e de cidadania.

As informações resultantes deste procedimento serão disponibilizadas aos encarregados de educação, no final de cada período letivo, em suporte de Registo Individual.

No domínio cognitivo são ponderados os seguintes parâmetros: Trabalho Diário/Avaliação Formativa, Fichas de Avaliação Intermédia e Sumativa/Avaliação Sumativa.

No domínio pessoal e social consideram-se os seguintes indicadores:

- Assiduidade;
- Pontualidade;
- Interesse e Empenho na Aprendizagem;
- Sentido de Responsabilidade;
- Participação Construtiva nas Atividades;
- Cumprimento das Tarefas;
- Capacidade de Autonomia;
- Organização e Métodos de Estudo;
- Progressão e Valorização Individual;
- Capacidade de Auto e Hetero Avaliação;
- Respeito pelas Regras Estabelecidas;
- Respeito pelos Outros (Solidariedade e Tolerância);
- Apresentação e Conservação do Material Necessário;
- Envolvimento nas Estruturas de Cooperação;
- Zelo pela Preservação e Asseio dos Espaços e Bens Comuns.

5. Manuais Escolares

A adoção de manuais escolares é o resultado do processo pelo qual o colégio avalia a adequação dos manuais certificados ao respetivo Projeto Educativo, tal como estabelece o art.º 16.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto.

Esta decisão é da competência do Conselho Pedagógico depois de ouvido o Conselho de Docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico e é devidamente fundamentada em grelhas de apreciação elaboradas para o efeito pelo Ministério da Educação, tendo em conta um calendário previamente estabelecido.

A lista de manuais escolares, em anexo, encontra-se organizada por ano de escolaridade e área curricular, conforme informação do Conselho Pedagógico.